

Intervenção de Rogério Silva Coordenador da Fiequimetal



Estimadas e estimados convidados nacionais e internacionais
Estimadas e estimados representantes de organizações
Estimadas e estimados camaradas

Dirigimo-nos ao 3º Congresso para prestar contas da actividade desenvolvida ao longo dos últimos 4 anos, mas essencialmente, para apresentar as linhas fundamentais do Programa que define as orientações estruturantes da nossa acção para o próximo mandato.

Este nosso Congresso, não significa portanto nenhum ponto de chegada, mas antes um ponto de passagem, para a luta que teremos de continuar a desenvolver nos próximos quatro anos.

Luta cuja síntese está traduzida no seu lema: **juntos construímos o futuro! Por melhores salários; emprego com direitos; condições de trabalho dignas; pelo aumento da produção nacional.**

Juntos, percorremos quatro anos de mandato na relação com um quadro político económico e social que teve como denominador comum a política de direita, em que o resultado da acção governativa PSD/CDS deixou para a história um País mais pobre, mais desigual e menos soberano.

Política de direita essa, agravada pelos “programas de estabilidade e crescimento”, e depois pelo “memorando da troika”, que mais não foram e são, autênticos programas de agressão subscritos pelo Governo do PS/Sócrates, aplicados e ampliados pelo anterior Governo com a protecção e escolta do actual Presidente da Republica.

Política de uma violência extrema bem presente na realidade social e económica do país e na vida quotidiana dos trabalhadores, incluindo, naturalmente, os sectores de actividade cujos trabalhadores representamos.

Esses denominados programas de Estabilidade e Crescimento, que constituem um verdadeiro embuste político, têm servido como desonestos argumentos para atacar direitos, salários e pensões, isto é, reduzir a remuneração do trabalho para quem trabalha, aumentando assim a exploração e lançando um verdadeiro assalto ao bem comum.

Políticas de ingerência que assaltaram e aprofundaram o programa de privatizações de importantes empresas estratégicas para o país, muitas delas dos sectores representados pela FIEQUIMETAL, como disso são exemplo os casos da EDP, da REN, o sector de resíduos sólidos e urbanos, entre muitos outros.

É pois por demais evidente, camaradas, que os referidos programas apenas resultaram em estabilidade e crescimento para o capital e, pelo contrário e de forma

desumana, em instabilidade e empobrecimento para os trabalhadores e restantes camadas da população.

Os últimos quatro anos de política de direita tiveram assim como imagem de marca a austeridade, alicerçada numa pretensa cegueira da redução da dívida e do défice, diabolizando sobre tudo o que é público, apenas com o propósito de dismantelar as funções sociais do Estado, destruir a escola pública, fazer da saúde mais um negócio de milhões e colocar a justiça ao serviço dos interesses de classe dos grandes grupos económicos e financeiros.

Mas, por muita mistificação construída pelos seus protagonistas para iludir os trabalhadores, a realidade de devastação económica que está bem à vista de todos. E para **desmontar** a retórica em torno das contas públicas, ficará **indelével na história** o facto de entre 2011 e 2014 a dívida pública ter passado de 111,1 por cento para 130,2 por cento do PIB, **umentando mais de 30 mil milhões de euros**.

Até 2013 foram arrasados cerca de 135 mil empregos nos sectores que correspondem ao âmbito da Fiequimetal.

Existem hoje no nosso País um milhão e 200 mil trabalhadores no desemprego, sendo que mais de metade não dispõem de qualquer rendimento, vivem da caridade ofendidos na sua dignidade e expostos à humilhação.

Essa mesma política de direita teve também como resultado a redução do peso dos salários no PIB, de 48% para 44%, entre 2009 e 2014, e com o salário médio em Portugal a baixar para 51% da média dos salários na Zona Euro.

A redução dos salários e do seu poder aquisitivo registou um enorme retrocesso, com 1/3 dos trabalhadores no nosso País a receberem um salário líquido de 600 euros, o que demonstra que, se retirarmos encargos com habitação electricidade e outros, coloca-os em situação de pobreza.

Foram quatros anos em que Portugal chegou no pelotão da frente da UE no empobrecimento generalizado dos trabalhadores e do povo, mas, por outro lado, no crescimento das fortunas de alguns, com os 10% mais ricos em Portugal a concentrarem hoje 58,3% da riqueza, enquanto 2,7 milhões de portugueses, onde se incluem, evidentemente, trabalhadores dos nossos sectores de actividade, vivem em situação de pobreza.

É verdade, camaradas: fruto dos baixos salários, mesmo a trabalhar empobrece-se no nosso país!

Percorremos estes quatro anos juntos e orgulhosos de termos cumprido as orientações da CGTP-IN, para as quais nunca nos furtamos de dar os nossos contributos, em que cerramos fileiras resistindo na defesa dos nossos contratos colectivos e dos direitos que deles emanam, contra os cortes salariais no SEE, na defesa do emprego, contra a exploração e a conseqüente degradação das condições de trabalho e para impedir a continuada destruição do nosso aparelho produtivo.

É por essa razão que queremos desta tribuna enaltecer e saudar a determinação e coragem dos trabalhadores e trabalhadoras da Galp/Petrolgal, designadamente das refinarias de Matosinhos e Sines; da EDP e REN; da Valorsul e Amarsul; da Kemet; da Printer; Fico-Cables, Groz-Beckert; Flexipol; Euroresinas; Lisnave; Preh; Bosch Car Multimédia; Visteon, Estaleiros Navais de Viana do Castelo; da Efacec, da Soporcel; dos call-centers da EDP em Lisboa e Seia.

É uma evidência que foram estas e tantas outras lutas, da mais pequena à de maior expressão mediática, que demonstraram que os trabalhadores, organizados nos sindicatos desta grande federação intersindical da indústria, não prestaram vassalagem ao patronato!

Processos reivindicativos que demonstram a nossa força! Que os nossos sindicatos não se limitam a fazer denúncia;

Fica claro que o patrão não pode tudo, não tem o poder absoluto; que tem de distribuir a riqueza que produzimos, preservar o emprego e respeitar os direitos.

São as lutas que colocam em evidência que o patronato bem pode na secretaria atacar a nossa contratação colectiva, mas que no terreno terá de contar com o nosso confronto porque cá estaremos para continuar a exigir a aplicação dos direitos, conquistados com a luta de anos de gerações de trabalhadores que o Portugal de Abril projectou para o futuro!

Sim camaradas, porque a contratação colectiva são os direitos conquistados ao longo de muitos anos, nomeadamente em condições de repressão, de fascismo, envolvendo prisões, tortura e até a morte, pelo que a melhor forma de a defender não é capitular mas antes honrar todo este passado de luta, exercê-los e exigir que sejam respeitados.

Foi uma constante acção dos nossos Sindicatos que obteve excelentes resultados: no aumento dos salários; na passagem de centenas e centenas de trabalhadores com vínculo precário a permanentes; que repôs a legalidade no combate às discriminações entre mulheres e homens, na luta para impedir a concretização de despedimentos colectivos; no respeito pela prestação do trabalho em condições de saúde e segurança dignas.

Grandes lutas convocadas pela nossa CGTP-IN realizadas durante estes quatro anos para as quais os trabalhadores organizados nos Sindicatos da nossa Federação deram um contributo insubstituível, designadamente as determinantes greves gerais bem como as memoráveis manifestações de 11 de Fevereiro de 2011 e 22 de Setembro de 2012 que transformaram o Terreiro do Paço em Lisboa num verdadeiro Terreiro do Povo!

Foi precisamente esta acção colectiva dos trabalhadores, continuada e persistente, a mais preponderante contribuição para desgastar a base social de apoio do anterior Governo, e derrotar a sua maioria absoluta traduzindo uma outra composição da assembleia da república com as eleições do passado dia 4 de Outubro, abrindo um caminho de esperança e confiança para recuperar o que nos foi roubado.

A este propósito, Camaradas, sendo certo afirmar que um caminho de esperança foi aberto, convém que não nos esqueçamos nunca, **que ninguém o percorrerá por nós.**

Que nada, mas nada do que nos foi roubado, será revertido na passadeira vermelha da importante frente institucional.

Será sempre da acção dos trabalhadores, da sua capacidade de organização, independentemente do período histórico ou da esperança que se pense ou não existir, que se construirá o nosso futuro!

É exactamente, isso que faremos já amanhã em Lisboa no Porto e Braga e nas concentrações convocadas pela CGTP-IN, para exigir uma mudança de política que sirva os interesses dos trabalhadores e do País.

Estimadas e estimados Camaradas

Este nosso 3º Congresso realiza-se num contexto político, económico e social de particular complexidade nos planos internacional, europeu e nacional.

A crise estrutural do capitalismo, de carácter sistémico, resultante das suas próprias contradições e longe de ser ultrapassada, assume hoje outras dimensões que se expressam no aumento de milhões de desempregados, na crescente dependência económica de muitos Estados e na pobreza que alastra em todo o mundo.

O sistema financeiro, nomeadamente fundos de investimento que se movimentam na chamada economia de casino, passaram a deter em parte ou na totalidade empresas produtivas, provocando processos que ameaçam a preservação da soberania dos estados.

Soberania, porque é preciso também ter presente que são precisamente esses mesmos fundos, os maiores detentores privados de significativas porções da dívida dos países, permitindo-lhes uma dupla dominação chantagista e especulativa sobre os povos.

O recurso sistemático à agressão militar por parte de países imperialistas para se apoderarem de matérias-primas essenciais, nomeadamente os hidrocarbonetos, e defenderem os interesses do grande capital, demonstram que o mundo está perante uma escalada belicista com enormes perigos para a humanidade.

A Europa está hoje confrontada com o êxodo de milhares e milhares de seres humanos que fogem à guerra e à fome, situação que tem nas suas causas inúmeros processos de ingerência, de fomento da guerra e de rapina dos recursos naturais nos seus países de origem, apenas com o propósito do capitalismo procurar acumular cada vez mais riqueza.

A Europa está pois mergulhada numa profunda crise!

A União Europeia, fruto da sua estrutura originária, bem presente na sua concepção e construção, está aprisionada por um directório de potências!

Tem à cabeça o capital financeiro, que domina as suas instituições, e que as utiliza através de instrumentos políticos como os diversos tratados europeus, cujo exemplo mais recente é o tratado orçamental, para impor, designadamente aos países do sul, severas políticas de austeridade que tem aprofundado as desigualdades e o empobrecimento.

A realidade económica e social da maioria dos Estados membros da União Europeia tem hoje expressão concreta nos cerca de 30 milhões de desempregados e 130 milhões de pobres ou em risco de pobreza.

No nosso País vivemos uma situação de emergência social, que impõe uma outra política! Uma política de esquerda e soberana!

Mas em abono da verdade é importante não branquear a história!

O que nos conduziu para ao pré-colapso foram as políticas danosas praticadas durante décadas provocaram sérios danos estruturais na nossa economia, elas são bem anteriores à crise mundial de 2008, a que se seguiu a designada crise da dívida soberana de 2010.

Tais problemas estruturais têm solução. **Sim, não nos resignamos perante a falácia de que somos um país periférico e que estamos condenados a andar de mão estendida perante o exterior.**

Nós não somos periféricos geograficamente e, pela circunstância de territorialmente sermos um pequeno país, tal não significa que não tenhamos enormes potencialidades.

Portugal tem a maior área económica exclusiva da Europa se considerarmos os recursos marítimos.

Só que esses recursos deixaram de estar ao serviço do nosso desenvolvimento a partir da imposição do Tratado de Lisboa, cujas assinaturas pertencem aos “suspeitos do costume” e que, como todos sabemos, foi subscrito à margem da vontade do nosso povo.

Camaradas,

Nós reclamamos um outro País! Onde seja possível ser feliz e colocar a riqueza ao serviço dos trabalhadores, salvaguardar a nossa soberania.

Os trabalhadores esperam de nós a capacidade de os organizar, depositam a sua confiança e esperança nos nossos Sindicatos, na CGTP-IN!

O projecto de programa de acção para o próximo mandato é de uma grande exigência para todos nós.

Ele assume como eixo central da acção dos nossos Sindicatos **mais dinâmica reivindicativa** agindo na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores como forma de instabilizar o patronato para desarticular a sua estratégia de boicote impor a individualização das relações de trabalho e forçar-los à negociação colectiva.

Mas, camaradas, que não existam equívocos, esta Fiequimetal continuará a fazer tudo o que esteja ao seu alcance para que, juntos e unidos, possamos impedir a tentativa de aplicação da contratação desenhada à medida do patronato!

Assume o reforço da organização nos locais de trabalho, o aumento da sindicalização e o conseqüente alargamento da nossa influência social.

Uma justa distribuição da riqueza, o que significa estimular a luta económica afrontando o capital, contra a desvergonha a que temos assistido nos últimos anos de acumulação de resultados líquidos de milhões e milhões de euros por parte das grandes empresas dos nossos sectores.

Lucros que, na sua maior parte, são transferidos para o estrangeiro, sem que cá deixem um cêntimo de impostos.

Luta que deverá ter como eixo central o aumento real dos salários e a redução progressiva do horário de trabalho para 35 horas semanais, para criar mais empregos e estimular o mercado interno.

Consideramos urgente o aumento da produção nacional, que assente numa verdadeira estratégia de reindustrialização do País, valorizando o potencial humano disponível, investindo mais na I&D e em áreas da economia que estão em crescimento.

Propomos uma estratégia para uma política energética que aproveite melhor os nossos recursos naturais, diminua a nossa dependência externa e contribua para o desenvolvimento económico.

Defendemos o aproveitamento, ao serviço das nossas regiões e do País, dos recursos minerais de que dispomos no subsolo, que se estimam no valor de 177 mil milhões de euros, o equivalente, aproximadamente, ao valor do PIB nacional.

Mas, para a concretização de muitos destes objectivos de curto, médio e longo prazo, necessitamos de Sindicatos com mais e melhor capacidade de intervenção.

Os sindicatos são o pulmão e o coração da nossa estrutura!

A federação tem como papel de direcção, enquanto estrutura intermédia que emana desses mesmos Sindicatos, a articulação do trabalho desenvolvido e a coordenação nacional de toda a actividade sectorial.

Necessitamos de mais acção sindical, de mais eficácia na resolução dos problemas individuais e colectivos, de sindicalizar mais, sem que possamos deixar de valorizar o facto de termos realizado, neste mandato, 17.040 novas sindicalizações, eleito 907 delegados sindicais e 762 representantes para SST.

A este respeito, temos muito trabalho pela frente no próximo mandato, designadamente melhorando a nossa capacidade de intervenção, na planificação do trabalho assente no método integrado e não no improvisado ou voluntarismo.

Só assim é possível mais eficácia e logo melhores resultados!

Desde logo, devemos continuar o trabalho que aprofundamos neste mandato, e iniciado nos anteriores, do constante e atento acompanhamento ao trabalho articulado nas empresas pluridistritais.

Devemos continuar a investir na formação teórica dos quadros, de modo a melhorar a sua capacidade de agir sobre os problemas.

Temos que dotar os nossos Sindicatos dos meios necessários para alargarmos a nossa acção a empresas onde não dispomos de estrutura ou temos taxas de sindicalização reduzidas.

Prosseguir o trabalho iniciado este mandato no que concerne a reorganização administrativa e financeira, rentabilizando melhor os espaços físicos de que dispomos, bem como os meios humanos, libertando mais recursos financeiros para a actividade sindical, razão única da nossa existência.

Camaradas

Sabemos que os tempos que temos pela frente são difíceis, mas, ao mesmo tempo, de confiança e esperança!

A actual situação política económica e social que vivemos é por si só demonstrativa de que os antagonismos de classe entre trabalho e capital vão agudizar-se. O capital nunca está saciado, irá tão longe quanto a correlação de forças o permitir.

Esta grande Federação da CGTP-IN e os seus Sindicatos, herdeiros de um vasto e grandioso passado de luta, que a todos nós tem que orgulhar, não vão baixar os braços perante esta realidade, antes pelo contrário, seremos percussores desses princípios!

O nosso Congresso, cuja preparação se iniciou em Maio passado e que consideramos ser um contributo inestimável para o XIII Congresso da CGTP-IN, que se realiza em 26 e 27 de Fevereiro do próximo ano, deixa excelentes sinais de confiança no futuro.

Podem os trabalhadores dos nossos sectores de actividade confiar porque aqui deixaremos a garantia de que tudo faremos para que, todos juntos, continuarmos a dar o nosso contributo para que esta CGTP-IN, a maior organização social do País, mantenha os seus princípios, de classe, unitária, independente e de massas.

Uma Central Sindical de classe, unitária e de massas em que a sua única e exclusiva tendência é, e será sempre, estar ao serviço dos trabalhadores contra o capital, na luta por uma sociedade mais justa que coloque termo à exploração do homem pelo homem.

Vivam os trabalhadores!

Viva a Fiequimetal!

Viva a CGTP - Intersindical Nacional!

A luta continua!